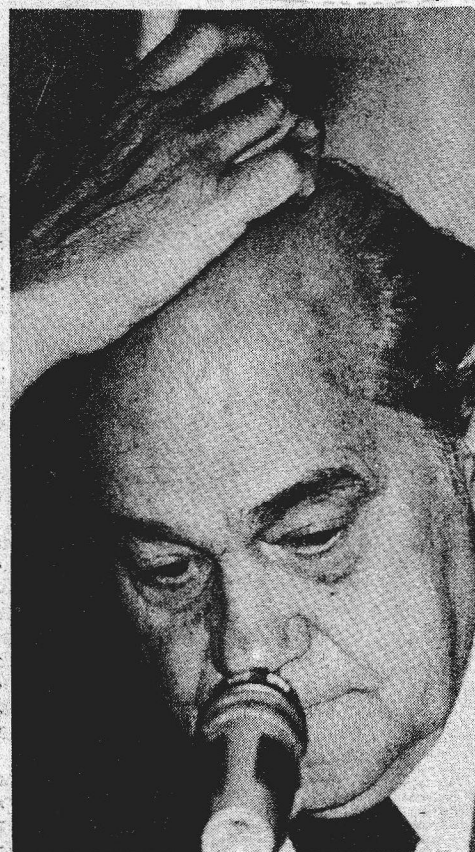


Para cada um sua verdade

Arquivo



Tancredo: "Eu desminto. Ele desmente. Não houve encontro com o Delfim"

São Paulo — O governador Tancredino Neves, de Minas, afirmou ontem, em São Paulo, que sua posição em relação ao Fundo Monetário Internacional "será a do programa mínimo das oposições", ressaltando que "essa posição é inspirada na soberania nacional, que está acima de qualquer restrição e se fundamenta nos legítimos interesses do povo".

Acrescentou que "não há nenhuma restrição de ordem internacional ou interna a retardar a retomada do desenvolvimento".

Sobre seu prolapado encontro com o ministro Delfim Netto, ao qual teria afirmado que, se eleito, manteria tudo o que já foi acertado pelo atual governo com o FMI, disse Tancredo: "Eu desminto. Ele desmente. Mas alguns órgãos de imprensa insistem nesse encontro. Sinceramente, não estive com ele. Se for o caso de procurá-lo, irei ao Ministério e nunca farei isso às escondidas".

A respeito da reunião de ontem, prometida pelo vice-governador Orestes Quércia com a Frente Municipalista, Tancredo disse: "É altamente honroso para mim e de uma significação política das mais relevantes esse encontro. Sabemos que os prefeitos e os vereadores constituem a base política do País. E, quando esse apoio vem dessas bases, é sinal que esse movimento em torno da minha candidatura não é um movimento pessoal, mas um movimento das oposições democráticas desse País, que realmente está ganhando extensão e profundidade".

Anunciou que, se eleito, vai promover uma efetiva reforma tributária, assinalando que isso "é um dever de todos nós, pois essa reforma já está atrasada em mais de 10 anos".

Encontro

Tancredo Neves manteve ontem encontro reservado com um grupo de economistas, entre os quais Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Luis Gonzaga Belluzo, Carlos Lesa e João Manoel Cardoso de Melo. No final desse encontro, que se estendeu até depois do meio-dia, Celso Furtado afirmou que espera que o Brasil não volte a cometer "os erros do passado, de se submeter completamente as imposições dos bancos, de estar inclusive abaixo daquilo que se considerou nos Estados Unidos do que seria uma política razoável". Segundo ele, o próprio Congresso norte-americano "já votou uma série de normas que deviam ser adotadas na negociação das dívidas dos países do Terceiro Mundo". Entre essas normas, "se diz que não mais do que uma fração das exportações teriam que ser mobilizadas para esse fim e que é preciso ter em conta a situação social do País e que a política de reajustamento tem que ser compatível com a política de crescimento econômico". Nesse sentido, Celso Furtado assinalou que as oposições, chegando ao poder, "têm que dar as costas à recessão em primeiro lugar em segundo, renegociar a dívida, para suspender ou estancar a sangria que representa atualmente essa transferência de recursos enviados ao exterior; e, em terceiro lugar, estabelecer uma política social distinta da que aí está".

Segundo ele, o candidato Tancredo Neves "está totalmente receptivo a isso, particularmente com respeito a um entendimento com a sociedade civil". Furtado disse ainda que não se pode tirar o País da situação que está "sem um amplo entendimento com a sociedade civil. Não é possível, por exemplo, combater a inflação sem ter em conta que a inflação é um problema social, não somente econômico".

Conceição Tavares disse que se propuseram a esse encontro "para oferecer um diagnóstico da situação econômica, para dar subsídios ao Dr. Tancredo. E ele sabe que na classe profissional dos economistas não há tanta divergência, independentemente das tinturas". Segundo ela, "a questão econômica não é uma questão ideológica. Agora, a questão econômica é uma questão ligada à política que é problema dele, Tancredo, e do governo dele resolver".

Conceição Tavares entende que Tancredino Neves "está perfeitamente consciente de que terá de mexer muito na política econômica, mas ele sabe quais são as armadilhas, quais são os nós e aonde vai ter que mexer".

Luciano Coutinho afirmou, por sua vez, que o encontro com Tancredino "foi apenas uma conversa sobre a situação nacional". Segundo ele não há um programa dos economistas apresentado a Tancredino Neves, mas uma sugestão para o debate nacional sobre a situação do País, chamando a atenção para os pontos que merecem discussão. Alguns desses pontos foram discutidos ontem, aqui, de uma maneira um pouco mais tranquila e profunda, mas sem nenhuma intenção de vincular isto a uma proposta de governo".

Arquivo



Andreazza: "O Brasil já está saindo do fundo do poço"

Belém — O Brasil já está "saindo do fundo do poço", com indicadores expressivos que "apontam para a recuperação dos níveis da atividade econômica interna", disse ontem o ministro Mário Andreazza, advertindo, porém, que "esses resultados alentadores devem-se sobretudo à expansão das exportações". Mas, na sua opinião, "chegou o momento de nos voltarmos também para o mercado interno".

Falando na reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, em Belém, diante de um auditório tomado por aproximadamente 700 pessoas, Andreazza deixou bem claro que adotará, nos dias finais da campanha para a Presidência da República pelo PDS, um tom mais agressivo.

"A retomada do crescimento, a consolidação do desenvolvimento, a integração nacional são, na visão de todos os brasileiros, opção política inadiável", proclamou o ministro do Interior. Garantiu estar pensando num estilo capaz de conciliar o crescimento com equidade social: "Para viabilizar esse novo estilo, é necessário, no plano externo, adequar a administração da dívida externa a nossa efetiva capacidade de pagamento, criando-se o espaço para a expansão da produção voltada para o mercado interno". Nesse prisma, considera que algumas metas difíceis, como a redução da inflação, não são incompatíveis com o crescimento.

Mas também acha possível retomar o desenvolvimento mantendo a prática da democracia, "não apenas para ensejar a livre expressão da vontade política nacional, como também para assegurar os direitos sociais de participação no desenvolvimento".

Já anunciando o esboço de um programa de governo, Andreazza prometeu conjugar "desenvolvimento com democracia e justiça social", transformando o Governo na "expressão política da sociedade". Prometeu a "descentralização dos poderes do Estado, mediante o fortalecimento da federação" e uma reforma tributária "que eleve os recursos dos Estados e municípios, relativamente aos da União". Assegurou ainda prioridade no tratamento à Amazônia, que considera uma "região-solução" para os problemas do País.

O Ministro chamou atenção para o fato da execução, através do Polamazônia, de cerca de 2 mil projetos de transportes, energia, comunicações, educação, saúde, desenvolvimento urbano, apoio à agricultura, à indústria, serviços, ciência e tecnologia, estando, entre estes, mais de mil já concluídos.

Disse ainda que com o Polonoroeste vem sendo possível consolidar a ocupação ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho, cuja pavimentação está praticamente concluída, com base em cuidadoso zoneamento ecológico-econômico, com a preocupação constante de conciliar o desenvolvimento com a preservação do patrimônio natural da região.

Na administração dos incentivos fiscais regionais, a Sudam aprovou mais de 400 projetos industriais, agroindustriais, agropecuários que deverão propiciar a criação de quase 50 mil novos empregos. Falou também o Ministro da consolidação da Zona Franca de Manaus, frisando que a Suframa, aprovou mais de 300 projetos industriais e agropecuários.

Arquivo



Diniz: "Temos que assumir nossa soberania e acabar com a recessão"

Rio — Crescer, reativar a indústria, elevar o nível de emprego, reduzir a inflação, promover uma reforma tributária, distribuir melhor a renda e repensar o papel do Estado na economia. Em síntese, estas são as bases de um programa econômico que o diretor superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, defendeu ontem, durante o painel "Reflexos do Desenvolvimento Político e Social e a Reativação da Economia", promovido pela Escola Superior de Guerra, como indispensável para recolocar o país no caminho do desenvolvimento.

Para Diniz, o Brasil não pode mais assistir, passivamente, ao empobrecimento geral da população. "Temos que assumir a nossa soberania política e econômica e revertermos o atual quadro recessivo, que fere a consciência de qualquer empresário responsável que, como nós, deseja construir um país melhor". A esse respeito, o diretor superintendente do Grupo Pão de Açúcar foi enfático ao dizer que "o próximo presidente da República terá que ter assegurado para si a legitimidade do poder, condição sem a qual não conseguirá promover as amplas reformas políticas, sociais e econômicas que a nação requer, para poder resgatar a enorme dívida social contraída perante a sociedade brasileira nesses quatro anos de recessão. E dos atuais candidatos — prosseguiu Diniz — é inegável que só o governador Tancredino Neves reúne condições de assumir o governo com apoio maciço dos brasileiros".

"Condições para voltar a crescer e recuperar a oferta de empregos posso lhes assegurar que o Brasil tem", disse Diniz aos estagiários da ESG, valendo-se de um pormenorizado quadro contendo projeções para as principais variáveis econômicas nos próximos anos. Segundo o diretor superintendente do Grupo Pão de Açúcar, "uma projeção bastante realista do balanço de pagamentos até 1989 indica que, mesmo considerando os altos níveis de taxas de juros ora praticados nos mercados financeiros internacionais, a economia brasileira apresenta condições objetivas de voltar a crescer a taxas de 7% ao ano e, assim mesmo, eliminar o seu déficit de transações correntes no final de cinco anos".

Para tanto, observou Diniz, "basta que as nossas exportações mantenham um crescimento médio anual de 12%, que as taxas de juros reflutam do patamar de 15% para 11% em 1989, que voltem a ocorrer investimentos diretos crescentes no país e que a inflação mundial permaneça estável nos 6% ao ano".

Por último, Abílio Diniz apresentou as condições que, em seu ponto de vista, devem prevalecer na renegociação da dívida externa brasileira, que são: "limitar a fração da receita das exportações comprometidas com o pagamento do serviço da dívida a níveis que viabilizem a retomada do crescimento; propor períodos mais abrangentes de negociação, conseguir a redução dos spreads e das comissões cobradas sobre o serviço da dívida, assegurar fluxos líquidos de créditos comerciais e interbancários para o país e ampliar a participação dos governos e organismos internacionais nos processos de renegociação".

Julio Fernandes



Delfim: "A economia brasileira caminha de forma adequada"

Washington — O ministro Delfim Netto, do Planejamento, afirmou ontem que o programa de ajustamento da economia brasileira tem caminhado de forma adequada. Delfim Netto, que ontem se reuniu em Washington com o gerente-geral do FMI, Jacques de Larosière, e com o secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, enfatizou o fato de que algumas das metas estabelecidas pelo governo Figueiredo têm sido superadas, e citou especificamente o superávit na balança comercial, que ultrapassou os seis bilhões de dólares no primeiro semestre, o que é equivalente a todo o ano passado.

Como outros exemplos citou a meta de produção de petróleo, que passou dos 500 mil barris diários, sendo atingida um ano antes da previsão, o que vem tornar o Brasil mais independente em relação ao exterior; e o equilíbrio do setor público, que deixa de registrar um déficit antes equivalente a 12% do Produto e que este ano será praticamente nulo.

O ministro Delfim Netto referiu-se, também, aos primeiros sinais de recuperação industrial, impulsionada pelo crescimento das exportações e pelo consumo derivado da renda na agricultura, e aos primeiros sinais de redução da taxa de desemprego, apurada mensalmente pelo IBGE.

Negociações

Segundo informações colhidas na Seplan, tanto com o secretário do Tesouro, tanto com o diretor-gerente do Fundo Monetário, o ministro do Planejamento abordou o interesse do Brasil em obter maior flexibilidade nas negociações com vista ao refinanciamento da dívida externa brasileira a vencer em 1985 e nos anos seguintes, justamente em função do esforço de ajustamento feito pelo país nos últimos meses.

Com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, com quem o Ministro se reuniu segunda-feira, foi abordada a questão da participação do banco no co-financiamento a projetos brasileiros nas áreas de siderurgia, energia elétrica e outros setores da economia, de acordo com uma nova estratégia de renegociação da dívida externa.

Ikeda

O chefe da Assessoria Econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, o único assessor direto de Delfim que não o acompanhou aos Estados Unidos (além do secretário-geral, Flávio Pécora, ocupando internamente o Ministério), afirmou, ontem, que o problema do co-financiamento terá mesmo de ser decidido no nível político, entre o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Mundial, mas a partir dessa definição não será difícil, tecnicamente, montar os programas.

Ikeda disse não importar o fato de já ter sido praticamente definido o esquema de financiamento do Banco Mundial ao Brasil, para o orçamento anual de julho deste ano a junho de 1985, pois a participação do BIRD nos eventuais projetos de co-financiamento será reduzida, sendo mais expressiva a dos bancos privados. Ikeda admitiu que, definido o esquema, caberá ao Banco Mundial a liderança dos projetos, com a participação dos bancos particulares.